



LEI Nº 4.147, DE 25 DE AGOSTO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo a outorgar a concessão onerosa de uso de espaço público do Parque Ecoturístico das Águas Claras e dá outras providências.

Evandro Farias Mura, Prefeito da Estância Turística de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso de espaço público para exploração do "Parque Ecoturístico das Águas Claras", com a instalação de novos equipamentos destinados ao lazer e recreação, a serem incorporados ao patrimônio público.

Parágrafo único - A escolha da empresa concessionária se dará mediante processo licitatório, na modalidade de concorrência pública, do tipo maior oferta, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.987/1995 e a Lei Orgânica do Município, em especial o contido em seu artigo 95, §1º.

Art. 2º - A área objeto da concessão, perfaz 40.695,39 m², que equivale a área do Parque Ecoturístico das Águas Claras.

§ 1º - A definição dos novos equipamentos de recreação e lazer a serem instalados, assim como a disposição dos equipamentos e mobiliários já existentes no local e suas adequações para a exploração do "Parque Ecoturístico das Águas Claras" corresponderão diretrizes fixadas pelo poder concedente ao rigor do projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

§ 2º - Eventuais alterações ou ampliações de equipamentos e mobiliário ou do espaço destinado a exploração dos serviços de que trata esta lei, serão permitidos mediante a anuência do Poder Executivo e parecer favorável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, após a apresentação por parte da concessionária de respectivo projeto.

Art. 3º - Os requisitos para o uso do espaço público objeto da concessão e exploração dos serviços dele oriundos serão dispostos em edital de licitação próprio, ficando facultada a concessionária a cobrança de tarifas pela utilização dos equipamentos, mobiliário e serviços prestados aos seus usuários.

Parágrafo Único - O acesso aos usuários do Parque Ecoturístico das Águas Claras deverá ser gratuito, ficando a cobrança de tarifas adstrita aos equipamentos, mobiliários e serviços a cargo da exploração da concessionária.

Art. 4º - A exploração do espaço público objeto da concessão e dos serviços a serem prestados pela concessionária ficarão sujeitos à legislação e fiscalização do poder concedente, e a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.





Art. 5º - O edital de concorrência pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências relativas:

- I – a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;
- II – ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;
- III – a não utilização do espaço cedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;
- IV – a autorização e aprovação prévia e expressa do poder concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área cedida, observadas as disposições contidas no § 2º do art. 2º desta lei, bem como eventuais intervenções na área de preservação permanente;
- V – ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;
- VI – a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar;
- VII – desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que necessárias, obras e trabalhos executados;
- VIII – a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias periódicas do poder concedente, principalmente quanto às normas de saúde pública e legislação ambiental vigente;
- IX – a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;
- X – a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços que se propõe a prestar.
- XI – a **fixação de tarifas para os serviços prestados e utilização dos equipamentos e mobiliários existentes no espaço objeto da concessão.**
- XII – a utilização do espaço objeto da concessão por parte do poder concedente por ocasião de eventos oficiais do Município.





XIII – as hipóteses em que a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

XIV – as demais disposições inerentes ao uso do espaço as hipóteses em que a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Único – A intervenção será feita através de decreto, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 7º - Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º - A concessão de que trata esta lei será outorgada pelo prazo de 20 anos.

Art. 9º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações constantes no orçamento municipal.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul, de 25 de agosto de 2021.


Evandro Farias Mura
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.


Dirceu Ruiz Lopes
Secretário de Administração

